



ATA nº 008/2026

Reunião Ordinária do CMAS

03/06/2026 09h00 Presencial (Diomicio Freitas)

Ao terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e seis, realizou-se a reunião ordinária do CMAS, com a presença dos conselheiros e convidados, Rafaela Soares de Campos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Maria Antônia Denski Grings (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica), Patrícia Vedana Marques (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica), Indianara de Bem Sousa (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica), Marisete H. Raupp (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Especial), Leticia Mota Dal Pont (S.M. de Assistência Social – Dep. Habitação), Victor Benedet Zanette (S.M. de Assistência Social – Dep. Habitação), Tamara Bellettini Munari (S.M. de Educação), Marcela Daiana Vicente Santiago (Secretaria da saúde), Talita Cristiane Friozone Borba (S.M. da Fazenda), Izabella Pereira Tramontim (S.M. da Fazenda), Daiane Bento dos Santos (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas), Raquiel de Souza Braz (CASA GUIDO), Rosilda Lima (AFASC), Graziela Torquato (AMA-REC), Carla Cristina Casagrande Monteiro (UNESC), Marcione Fernandes (SISERP), Mariane Rios (ILPI Rede Viva) e Daiane Rios (ILPI Rede Viva), Maria Eduarda Lucas (APAE). A presidente iniciou a reunião realizando a leitura das correspondências recebidas, destacando convite encaminhado pelo CIEE referente ao seminário “A importância das entidades na política de assistência social e as certificações”, destinado a gestores municipais, conselhos de assistência social, entidades e vigilância socioassistencial, com foco na orientação sobre concessão e renovação do CEBAS, CADSUAS e processo de inscrição no CMAS. O evento ocorrerá no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, no dia 17 de junho de 2026. Foi debatida a importância da participação do CMAS no referido seminário, especialmente considerando os temas relacionados a inscrição de entidades e certificações. As conselheiras Indianara - governamental e Grazi - não -governamental manifestaram interesse em participar representando o conselho, ficando definido encaminhamento junto à Secretaria Municipal de Assistência Social para viabilização de transporte, destacou-se também a importância da participação da secretaria executiva neste evento, visto que é um momento de formação. Na sequência, entrou em pauta a discussão

referente às emendas parlamentares vinculadas às entidades socioassistenciais, especialmente acerca do plano de trabalho apresentado pela APAE. Foi lembrado que anteriormente o conselho já havia aprovado a vinda de emenda parlamentar destinada à estruturação e custeio da entidade, porém o primeiro projeto apresentado possuía direcionamento predominantemente voltado à área da saúde, especialmente estruturação de sala de fisioterapia, situação apontada pelo conselho como inviável com recurso da assistência social. Posteriormente, a entidade reformulou o plano de trabalho, passando a prever utilização dos recursos para custeio do serviço socioassistencial já executado, incluindo aquisição de alimentos e despesas correlatas. A comissão de finanças realizou análise preliminar do documento, sendo levantados questionamentos acerca da proporcionalidade de gastos com hortifrutigranjeiros, energia elétrica e critérios de utilização dos recursos. Foi esclarecido que os alimentos são utilizados nas refeições ofertadas aos usuários da instituição, incluindo café da manhã, almoço e jantar, considerando ainda as restrições alimentares específicas de muitos usuários atendidos pela entidade. Também foi explicado que a emenda parlamentar já possuía vinculação prévia à entidade junto ao sistema Estrutura SUAS. Considerando a proximidade dos prazos eleitorais e os prazos para execução das emendas parlamentares, deliberou-se pela realização de reunião extraordinária do CMAS na próxima segunda-feira, com pauta exclusiva para apresentação do parecer da Comissão de Finanças e deliberação acerca do plano de trabalho da APAE. Ainda durante a pauta administrativa, a presidente informou dificuldades de funcionamento da Comissão de Finanças diante da ausência recorrente de representantes. Após diálogo com os conselheiros, foi deliberada a substituição da conselheira Sabrina pela conselheira Rosilda na Comissão de Finanças, permanecendo os demais representantes governamentais e não governamentais já indicados anteriormente. Na continuidade, a presidente relatou reunião realizada entre o CMAS e a Secretaria Municipal de Assistência Social para discussão do Plano de Ação do CMAS. Foi informado que participaram da reunião representantes da proteção social básica, proteção social especial, vigilância socioassistencial e monitoramento bem como a Gestora da pasta. Foram retomados os encaminhamentos referentes à capacitação dos conselheiros e trabalhadores do SUAS, sendo relatado que dos processos administrativos internos da gestão municipal, a capacitação deverá ser reorganizada para ocorrer no início da próxima gestão, possivelmente entre fevereiro e março de 2027. Também foi informado que a Comissão de Comunicação do CMAS realizará reunião junto ao setor de comunicação da Prefeitura Municipal para verificar possibilidades legais de ampliação da divulgação das ações do conselho, inclusive quanto à eventual criação de perfil institucional em rede social, respeitando as restrições do período eleitoral. Em seguida, foi discutida a necessidade

de fortalecimento das ações de fiscalização do conselho. Diante disso, conforme plano de ação deliberou-se pelos nomes dos Conselheiros que irão compor a Comissão de Fiscalização do CMAS, responsável pelo acompanhamento das entidades com termo de colaboração e também pela realização de visitas institucionais aos serviços estatais da assistência social, incluindo Centro POP e demais equipamentos públicos. Ficou definida a seguinte composição: Representantes governamentais: Rodrigo e Marisete; Representantes não governamentais: Daiane Bento e Mariane Rios. A presidente informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social ainda indicará os representantes institucionais que integrarão a comissão conjuntamente com o CMAS. Na sequência, foi deliberada a formação da Comissão do Programa Bolsa Família, destinada ao acompanhamento das demandas relacionadas ao programa, relatórios de monitoramento e utilização do IGD/PBF – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Ficou definida a seguinte composição: Representante governamental: Indianara; Representante não governamental: Marcionei. Posteriormente, a Comissão de Inscrição apresentou os pareceres referentes às solicitações de inscrição e renovação junto ao CMAS. Foi relatado que o Instituto Diomício Freitas apresentou pendências documentais relativas ao envio de documentos obrigatórios previstos na Resolução nº 18/2022 do CMAS, incluindo alvarás de funcionamento, documentos do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, cartão CNPJ, relatório de atividades e plano de trabalho. Diante disso, deliberou-se pelo encaminhamento de ofício solicitando complementação documental. Também foi analisada solicitação de inscrição da entidade Centro Social Urbano, sendo apontadas pendências documentais e necessidade de esclarecimentos adicionais quanto ao atendimento de crianças a partir de três anos, proposta metodológica, fundamentação técnica e adequação às normativas da assistência social. A comissão deliberou pelo envio de ofício solicitando documentação complementar e esclarecimentos. Após encerramento das pautas administrativas, iniciou-se a roda de conversa formativa conduzida pela assistente social Liliane, técnica que hoje atua no Instituto Diomício Freitas. Inicialmente, a diretora pedagógica Simone deu boas-vindas aos presentes, agradecendo a presença dos conselheiros e destacando que o Instituto Diomício Freitas mantém suas portas abertas para parcerias, apoio técnico e fortalecimento da política pública de assistência social. Em sua fala, Liliane destacou a importância do alinhamento conceitual acerca do papel do conselheiro de assistência social, ressaltando que o conselho possui caráter deliberativo, normativo, fiscalizador, permanente e colegiado. A palestrante enfatizou que o conselho não apenas opina, mas delibera sobre políticas públicas, cria normativas locais, acompanha recursos públicos, fiscaliza entidades governamentais e não governamentais e possui responsabilidade coletiva sobre as decisões tomadas em plenária.

Durante a exposição, foram abordados os conceitos de Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralização político-administrativa, participação social e controle social, reforçando que os municípios possuem autonomia para planejar e executar a política pública conforme suas realidades territoriais. Também foram discutidas as diferenças entre proteção social básica e proteção social especial, utilizando analogias com o Sistema Único de Saúde – SUS, explicando que a proteção social básica atua na prevenção das situações de risco e vulnerabilidade, enquanto a média e alta complexidade atuam na reparação das violações de direitos já instaladas. A palestrante provocou reflexões sobre os investimentos realizados na política pública, questionando o quanto se investe em prevenção e fortalecimento de vínculos em comparação aos serviços de média e alta complexidade. Ao tratar do papel dos conselheiros, Liliane destacou que os membros do CMAS possuem responsabilidade jurídica, administrativa, civil e ética sobre as deliberações aprovadas pelo colegiado, ressaltando a importância da participação efetiva nas reuniões, leitura prévia dos processos, análise criteriosa das documentações e registro em ata de votos divergentes. Foi enfatizado que o conselheiro deve declarar impedimento sempre que houver conflito de interesses em determinada pauta, especialmente em casos de entidades com vínculo direto ou indireto com os representantes presentes. Durante a roda de conversa também foram abordados de forma rápida a importância de conhecer a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; o regimento interno do CMAS; a composição paritária entre governo e sociedade civil; as categorias de representação da sociedade civil; a importância da participação dos usuários da política pública nos espaços de controle social; a necessidade de fortalecimento dos fóruns de usuários, trabalhadores e entidades. Liliane também aprofundou a discussão acerca dos processos de inscrição de entidades no CMAS, explicando a diferença entre entidades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, bem como os critérios legais exigidos para inscrição e manutenção das entidades junto ao conselho. Foi amplamente debatida a necessidade de as entidades estarem adequadas às normativas da assistência social, distinguindo-se assistência social de assistencialismo e ressaltando a importância da profissionalização dos serviços, planejamento técnico, gratuidade e vinculação à Tipificação Nacional. A palestrante utilizou exemplos relacionados às creches, entidades religiosas, projetos sociais e serviços socioassistenciais para demonstrar a importância da correta caracterização das ações no âmbito da política pública de assistência social. Também foram abordados os cadastros nacionais vinculados às entidades, como CEBAS e CNEAS, bem como sua relação com certificações e registros oficiais. Durante a fala, foi destacada ainda a importância da leitura atenta das normativas e documentos, ressaltando que muitas vezes os processos acabam sendo analisados

automaticamente, sem reflexão crítica sobre os conceitos e exigências legais. Ao final, os conselheiros agradeceram ao Instituto Diomício Freitas pela acolhida, organização do espaço, disponibilização da equipe técnica, café e apoio para realização da reunião e da roda de conversa. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h30, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Rafaela Soares de Campos (Secretaria Municipal de Assistência Social)

Maria Antônia Denski Grings (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica)

Patrícia Vedana Marques (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica)

Indianara de Bem Sousa (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica)

Leticia Mota Dal Pont (S.M.de Assistência Social – Dep. Habitação)

Victor Benedet Zanette (S.M.de Assistência Social – Dep. Habitação)

Tamara Bellettini Munari (S.M.de Educação)

Marcela Daiana Vicente Santiago(Secretaria da saúde)

Talita Cristiane Friozone Borba (S.M. da Fazenda)

Izabella Pereira Tramontim (S.M. da Fazenda)

Daiane Bento dos Santos (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas)

Raquel de Souza Braz (CASA GUIDO)

Rosilda Lima (AFASC)

Graziela Torquato (AMA-REC)

Carla Cristina Casagrande Monteiro (UNESC)

Marcione Fernandes (SISERP)

Mariane Rios (ILPI Rede Viva)

Daiane Rios (ILPI Rede Viva).

Maria Eduarda Lucas (APAE)

Caroline Fabris (Happy Face)

Gabriela Santiago (Asilo São Vicente)

Fabiana Cardoso (Amarec-sc)